



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16333 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)  
 ISSN: 2595-7945  
 GT 05 - Estado e Política Educacional

O ensino de Ciência Política no Novo Ensino Médio  
 Carla Rocha Vandanezi Alvim - UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora  
 Rafaela Reis Azevedo de Oliveira - UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora  
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

## O ENSINO DE CIÊNCIA POLÍTICA NO NOVO ENSINO MÉDIO

Este estudo concentra-se no ensino de Ciência Política após a Reforma do Ensino Médio, com foco nas competências e habilidades estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 para a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O objetivo é investigar o impacto dessas mudanças na matriz curricular, sobretudo no caso em Minas Gerais, vista à conjectura da diluição dos conteúdos estruturantes com o Novo Ensino Médio (NEM) e, por consequência, do ensino de Ciência Política (CP), vinculado à disciplina escolar de Sociologia.

Trata-se de uma dissertação de mestrado em curso no PPG em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, financiada pela CAPES, e ligada ao Grupo de Pesquisa, Extensão e Ensino de Sociologia (GRUPEES-UFJF).

O caminho teórico-metodológico se iniciou por estudos e leituras de artigos científicos pesquisados no SciELO, que forneceram *insights* e discussões sobre o NEM e seus impactos na configuração sistêmica do ensino brasileiro. Também realizamos análises documentais que trilharam o caminho da disciplina de Sociologia no Ensino Médio (EM), na qual o ensino de CP está inserido. Posteriormente, serão necessárias idas a campo para analisar o componente curricular de Sociologia e os materiais disponibilizados sobre a CP.

Inicialmente, os estudos se dedicaram às temáticas das classes sociais e desigualdade educacional, da relação entre os setores público e privado na educação, e do NEM como política pública de abertura ao mercado, além de abranger o estudo do currículo, com ênfase

em Minas Gerais. Adotamos a premissa de que não se pode dissertar sobre uma política educacional de tamanha importância, como a do NEM, sem abordar os temas supracitados devido ao seu impacto no arranjo educacional, na sociedade e nas oportunidades de vida dos jovens.

Assim, compreendemos o conceito de classe social destacando sua posição na teoria social crítica. Da mesma forma, atravessamos sua representação no contexto brasileiro examinando o papel das instituições educacionais para os grupos sociais e nas oportunidades e persistência de disparidades de classe nas chances de ascensão social.

No percurso educacional brasileiro contemporâneo, exploramos as reformas desde a década de 1990 até o NEM, de 2017. Utilizamos este marco temporal porque, no Brasil, tornou-se cada vez mais evidente que a ideologia neoliberal sustenta que o Estado está a serviço dos interesses do capital ao abrir espaço para a influência do setor privado. Em relação ao NEM, revisamos sua implementação em território nacional e, logo, nos ajustes e organizações no sistema de ensino em Minas Gerais, incluindo as normas estaduais e os currículos da etapa em questão.

O estudo seguiu com um breve panorama histórico do ensino de CP, direcionando as primeiras reflexões em Aristóteles, Maquiavel e Montesquieu, cujos princípios moldaram a teoria política. No cenário nacional, a institucionalização e profissionalização da CP como disciplina acadêmica e autônoma, tiveram início apenas no final da década de 1960, impulsionadas pela pós-graduação. Ainda hoje, embora tenha alcançado um alto grau de autonomia e reconhecimento, encontra-se prevalecida na modalidade de pós-graduação.

Na educação básica, o ensino de CP apresenta pouca notoriedade. Mesmo que esteja no currículo do EM, sua presença se dá de forma integrada com a Antropologia e a Sociologia no interior da disciplina escolar “Sociologia” (Bodart; Macedo; Peixoto, 2022). Dessa forma, analisamos sua trajetória no EM, considerando seus processos, conceitos, conteúdos e habilidades nos documentos oficiais e no espaço curricular.

Os resultados parciais indicaram que reformar o EM com a justificativa da modernização curricular, alinhado à globalização neoliberal de investimento, concerne em um projeto de preparação dos jovens para o mercado de trabalho em condições subordinadas, com baixo valor remunerado e sem qualificação para competição no mercado. Ademais, observou-se que o NEM promove um currículo pragmático e utilitarista, pautado em uma BNCC que homogeneiza o conhecimento.

Quanto ao ensino de CP no EM, de contribuição às relações humanas e às ações políticas por meio da construção dos conhecimentos sociológicos, cumpre o papel de formação cidadã consciente, de valorização do bem comum e do senso de coletividade. Contudo, como resultados esperados, tendem-se na possível comprovação de que o NEM possa ocasionar objeções na forma de abordagem do ensino de CP na grade curricular e a prejudicar o aprendizado dos jovens pelo possível apagamento de seus componentes

curriculares e de seus saberes indispensáveis.

## REFERÊNCIAS

Brasil. MEC. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: **MEC/SEB/CNE**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>>. Acesso em: 29 jul 2024.

Avritzer, L.; Milani, C.; Braga, M. S. A ciência política no Brasil: 1960-2015. **Editora FGV**, Rio de Janeiro-RJ, 2016.

Bodart, C. N.; Macedo, J. C.; Peixoto, F. C. A importância do ensino de Ciência Política no Brasil: uma apresentação. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v.6, n.2, p.6-22, 2022.

Bertoncelo, E. R. E. Classes Sociais no Brasil. **Plural**, São Paulo, v.21.2, p.8-19, 2014.

Braga, M. S. S. A Ciência Política no Brasil: passado, presente e futuro. **Revista Agenda Política**, v.10, n.3, p.147-164, 2022.

Fernandes, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. RJ: **Zahar Editores**, 1974.

Motta, V. C.; Frigotto, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº746/2016 (Lei nº13.415/2017). **Educação & Sociedade**, v.38, p.355-372, 2017.

Santos, A. R. Os Conhecimentos de Ciência Política no Ensino Médio: considerações acerca dos documentos oficiais. **Revista Café com Sociologia**, v.5, n.3, p.43-55, 2016.

Tarlau, R.; Moeller, K. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem fronteiras**, v.20, n.2, p.553-603, 2020.